Relatório da Audiência n.º 103-COFAP-XII

Dia: 8 de novembro de 2013

ENTIDADE: ASJP – Associação Sindical dos Juízes Portugueses

ASSUNTO: Proposta de Lei n.º 178/XII que aprova o Orçamento do Estado para 2014

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Eduardo Cabrita (PS), Presidente da Comissão
- Paulo Sá (PCP), Vice-Presidente da Comissão
- Conceição Bessa Ruão e Hugo Velosa (PSD)
- Filipe Neto Brandão, Jorge Lacão e Luís Pita Ameixa (PS)
- Artur Rêgo (CDS-PP)
- António Filipe (PCP)
- Pedro Filipe Soares (BE).

Síntese dos Temas Abordados:

A audiência decorreu no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 178/XII/3.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2014.

Sobre esta matéria, os representantes da ASJP recordaram o teor do parecer emitido em sede de apreciação pública da proposta de lei, dando conta da sua oposição às normas dela constantes em matéria de redução das remunerações totais ilíquidas e outros cortes, e dando conta da posição da Associação quanto à inconstitucionalidade de algumas normas do diploma.

Recordaram, sobre esta matéria, o relatório do Conselho da Europa «Evaluation of European Judicial Systems» (CEPEJ/2012), no qual constataram que a remuneração dos juízes portugueses está hoje ao nível mais baixo dos países zona euro.

Neste contexto, entregaram uma proposta de aditamento de um **novo artigo 33.º-A**, no qual se prevê manter as reduções remuneratórias previstas no artigo 33.º da proposta de lei até à revisão do Estatuto dos Juízes, a qual deverá incluir a regulamentação exaustiva do regime remuneratório dos juízes.

Em sede de debate, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS), que manifestou preocupação com algumas alterações legislativas recentes, considerando necessário assegurar as condições adequadas à sua implementação, e sublinhando que todas as instituições devem concorrer para um Orçamento do Estado escorreito e sem problemas de conformidade constitucional. De seguida, interveio o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), que manifestou compreensão quanto às questões apresentadas, sublinhou o caráter anual do Orçamento do Estado (quanto ao caráter temporário das reduções remuneratórios) e recordando a norma habilitante nesta matéria que não viola o Estatuto dos Juízes. Usou, posteriormente, da palavra o Senhor Deputado Artur Rego (CDS-PP), que tomou boa nota das questões apresentadas e recordou o recente acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem sobre esta matéria. Interveio, de seguida, o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que recordou as anteriores iniciativas do PCP junto do Tribunal Constitucional em matéria de pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade de normas do Orçamento do Estado, reiterando o empenho daquele Grupo Parlamentar em suscitar novo pedido, caso necessário. Usou ainda da palavra o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), que recordou que os sacrifícios recaem, sobretudo, sobre os rendimentos do trabalho, aprofundando as desigualdades, corroborando a intervenção anterior quanto a um novo pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade do Orçamento do Estado.

O Presidente da ASJP usou da palavra para responder aos comentários efetuados pelos Senhores Deputados, tendo ainda suscitado algumas questões a propósito da reforma do mapa judiciário.

Diversa informação sobre a audiência pode ser consultada na página da Comissão.

Palácio de São Bento, 8 de novembro de 2013

O Vice-Presidente da Comissão

Paulo Sá